

16/08/2011

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 414.908 MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. AYRES BRITTO
AGTE.(S) : CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA
ADV.(A/S) : VINÍCIUS MILANEZ DE ALMEIDA
AGDO.(A/S) : FRANCISCO CARLOS CHICO FERRAMENTA
DELFINO
ADV.(A/S) : JOSÉ NILO DE CASTRO
ADV.(A/S) : TAIS ERTHAL RODRIGUES

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PREFEITO MUNICIPAL. CONTAS REJEITADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL. DIREITO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. PRECEDENTES.

1. É pacífica a jurisprudência desta nossa Casa de Justiça no sentido de que é de ser assegurado a ex-prefeito o direito de defesa quando da deliberação da Câmara Municipal sobre suas contas.

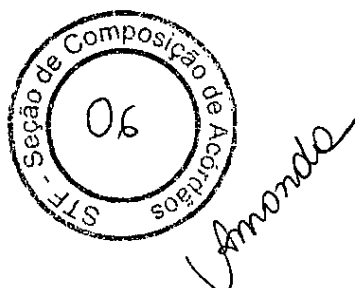
2. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal em desprover o agravo regimental, o que fazem nos termos do voto do Relator e por unanimidade de votos, em sessão presidida pelo Ministro Ayres Britto, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas.

Brasília, 16 de agosto de 2011.

MINISTRO AYRES BRITTO - RELATOR



16/08/2011

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 414.908 MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. AYRES BRITTO
AGTE.(S) : CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA
ADV.(A/S) : VINÍCIUS MILANEZ DE ALMEIDA
AGDO.(A/S) : FRANCISCO CARLOS CHICO FERRAMENTA
DELFINO
ADV.(A/S) : JOSÉ NILO DE CASTRO
ADV.(A/S) : TAIS ERTHAL RODRIGUES

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (Relator)

Trata-se de agravo regimental contra decisão pela qual neguei seguimento ao recurso extraordinário, sob o fundamento de que o aresto impugnado afina com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (RE 261.885, da relatoria do ministro Ilmar Galvão, entre outros).

2. Pois bem, a parte ora agravante sustenta que o *"fato do agravado não ter comparecido ao processo para produzir sua defesa não ocorreu por ausência de notificação, mas por inércia de sua parte"*. Ademais, argumenta que o recorrente *"agiu de forma desonesta, ardil e maliciosa, litigou com deslealdade, alterando a verdade dos fatos, com o objetivo de ganhar, a qualquer custo, a demanda"* (sic, fls. 434).

3. Mantida a decisão agravada, submeto o processo ao exame desta nossa Turma.

É o relatório.

MML/jbl

16/08/2011

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 414.908 MINAS GERAIS

VOTO

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (Relator)

Tenho que o inconformismo não merece acolhida. Eis o teor da decisão agravada (fls. 427-429):

“Trata-se de recurso extraordinário, interposto com fundamento na alínea “a” do inciso III do art. 102 da Constituição Republicana, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Acórdão assim ementado (fls. 298):

‘PREFEITO MUNICIPAL – PRESTAÇÃO DE CONTAS – AÇÃO DE NULIDADE DE JULGAMENTO – A ausência do direito de defesa pelo Prefeito Municipal, quando da deliberação da Câmara Municipal sobre suas contas, não acarreta nulidade, porque inaplicável, na espécie, o contido no art. 5º, LV, da CR, onde não havia acusação alguma.’

2. Pois bem, a parte recorrente alega ofensa ao inciso LV do art. 5º e aos incisos IX e X do art. 93 da Magna Carta. Sustenta, em síntese, que a “Câmara Municipal é órgão legislativo do Município, apesar disso, suas atribuições não se resumem na competência para elaborar leis, exercendo também, dentre outras, a função de julgar as contas do Prefeito Municipal. Portanto, como há julgamento, necessariamente terá que ser concedida a ampla defesa e contraditório. O julgamento realizado pela Câmara Municipal não dispensa a observância deste princípio constitucional, que é requisito essencial” (fls. 342).

3. A seu turno, a Procuradoria-Geral da República, em parecer da lavra do Subprocurador-Geral Roberto Monteiro Gurgel Santos, opina pelo não conhecimento do recurso.

RE 414.908 AGR / MG

4. Esse o breve resumo dos acontecimentos, passo a decidir. De saída, pontuo que, segundo o meu particularizado modo de ver as coisas, a ausência de contraditório e ampla defesa nos julgamentos das contas de prefeitos pelas Câmaras Municipais não gera nulidade. Isso porque tais julgamentos têm natureza política, e a Carta Magna, no inciso LV do art. 5º, apenas assegura “o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”, “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral”. Sem falar que o contraditório e a ampla defesa possuem momento próprio para o seu exercício, que é precisamente o curso do processo de contas no Tribunal competente (Tribunal de Contas, entenda-se).

5. Isso não obstante, tenho que o recurso merece acolhida. É que o aresto impugnado destoa da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Reproduzo, a propósito, a ementa do RE 261.885, sob a relatoria do ministro Ilmar Galvão:

‘PREFEITO MUNICIPAL. CONTAS REJEITADAS PELA CÂMARA DE VEREADORES. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DO DIREITO DE DEFESA (INC. LV DO ART. 5º DA CF).

Sendo o julgamento das contas do recorrente, como ex-Chefe do Executivo Municipal, realizado pela Câmara de Vereadores mediante parecer prévio do Tribunal de Contas, que poderá deixar de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Casa Legislativa (arts. 31, § 1º, e 71 c/c o 75 da CF), é fora de dúvida que, no presente caso, em que o parecer foi pela rejeição das contas, não poderia ele, em face da norma constitucional sob referência, ter sido aprovado, sem que se houvesse propiciado ao interessado a oportunidade de opor-se ao referido pronunciamento técnico, de maneira ampla, perante o órgão legislativo, com vista a sua almejada reversão.

Recurso conhecido e provido.’

6. No mesmo sentido: REs 235.593, sob a relatoria do

RE 414.908 AGR / MG

ministro Celso de Mello; 313.545, sob a relatoria do ministro Gilmar Mendes; 329.667, sob a minha relatoria; 346.245, sob a relatoria do ministro Eros Grau; e 434.521, sob a relatoria do ministro Sepúlveda Pertence.

Isso posto, ressaltando o meu ponto de vista e tendo em conta as disposições do § 1º-A do art. 557 do CPC, dou provimento ao recurso. O que faço para assegurar ao recorrente o contraditório e a ampla defesa no novo julgamento das contas perante o órgão legislativo municipal”.

6. Muito bem. Após reexaminar a controvérsia, concluo que as razões recursais não se mostram aptas à alteração do equacionamento jurídico dado ao caso.

7. De mais a mais, pontuo que, para se chegar a conclusão pretendida pela parte agravante, no sentido de que *‘foi observado o devido processo legal, com a necessária publicidade e citação da parte, tendo sido dado ao agravante o direito a produzir sua defesa técnica, oportunidade de produção de provas, recursos, assegurando-se-lhe amplitude de defesa e o contraditório’* (sic, fls. 436), se faz imprescindível rever a moldura fática delineada no acórdão impugnado. Providência que não tem lugar neste momento processual, conforme a Súmula 279/STF.

8. Nessa contextura, confirmando a adequação da decisão agravada à jurisprudência firmada por esta nossa Casa de Justiça, nego provimento ao agravo regimental.

9. É como voto.

SEGUNDA TURMA**EXTRATO DE ATA****AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 414.908**

PROCED. : MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. AYRES BRITTO

AGTE.(S) : CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA

ADV.(A/S) : VINÍCIUS MILANEZ DE ALMEIDA

AGDO.(A/S) : FRANCISCO CARLOS CHICO FERRAMENTA DELFINO

ADV.(A/S) : JOSÉ NILO DE CASTRO

ADV.(A/S) : TAIS ERTHAL RODRIGUES

Decisão: Agravo regimental desprovido, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Participou deste julgamento o Senhor Ministro Luiz Fux, convocado (RISTF, art. 41). Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes e, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. **2ª Turma**, 16.08.2011.

Presidência do Senhor Ministro Ayres Britto. Presentes à sessão o Senhor Ministro Celso de Mello e o Senhor Ministro Luiz Fux, convocado nos termos do art. 41, RISTF, para compor o quorum. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes e, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino.

Karima Batista Kassab
Coordenadora